

A VINDA DA CORTE PORTUGUESA PARA O BRASIL

Manoel Soriano Neto
Cel Inf de Estado Maior

Um pouco de História

a) Uma injustiça histórica

Infelizmente, de forma leviana, são emitidos juízos desairosos acerca da pessoa de D. João VI não condizentes com a veracidade histórica e com os tantos e tamanhos serviços por ele prestados ao Brasil, em tempos de paz e de guerra. A nossa Historiografia, com raras exceções, denigre esse personagem exponencial da História brasileira e portuguesa, tratando-o debochadamente, sem levar em conta a justiça e a verdade. O historiador não pode ser motivado por caprichos, simpatias ou antipatias: ele deve primar pela neutralidade, ser isento, amoral (no sentido sociológico do termo), imparcial, enfim. Desafortunadamente, não é isso o que se observa em nosso País. Vários historiadores e jornalistas vêm procedendo, com finalidades ideológicas, a um revisionismo da História pátria – o que seria salutar, se praticado com isenção. Esses revisionistas ocupam-se, de maneira irresponsável e inconseqüente, em reescrever e manipular a História, sob um viés reducionista, por apenas materialista, numa verdadeira inversão de valores.

Destarte, as comemorações da vinda da Corte lusitana para o Brasil afiguram-se como uma oportunidade ímpar de reabilitação da imagem de um Rei injustiçado. Ele, normalmente, é visto de forma folclórica, como um homem fraco, vacilante, glutão, despreparado, de poucos dotes intelectuais, que abandonou Portugal à sanha de invasores, fugindo para o Brasil, onde passou a ter uma vida descansada, ficando totalmente alheio ao múnus de Monarca de um vasto Império. Tal versão, porém, não resiste a uma percuciente análise histórica.

D. João não era o bobo que mal intencionados insistem em propalar, como no filme “*Carlota Joaquina, Princesa do Brasil*”. Longe de querermos fazer do Rei um grande herói, de coragem, intrepidez e caráter adamantino, ou uma pessoa de aguda inteligência, é inconcebível que o aceitemos da forma grotesca como “*malditos sejam*” o retratam. Ele possuía uma mente assaz lúcida, e, o principal, era senhor de excepcional visão prospectiva, digna dos melhores estadistas. O Príncipe amava o Brasil e sabia, com coragem e determinação, tomar decisões.

b) A decisão da mudança para o Brasil

Passados duzentos anos, a interpretação do fato se torna muito mais fácil. Quando Napoleão Bonaparte decretou o bloqueio continental, Portugal, aliado da Inglaterra, não dispunha de meios suficientes para enfrentar o poderio bélico francês. D. João seria feito prisioneiro pelas tropas franco-espanholas, como ocorrera com o seu cunhado, Fernando VII, da Espanha, e perderia o Trono. Então, para preservar a Coroa, a dinastia dos Bragança e o próprio reino português, o Príncipe Regente decidiu não se submeter à invasão do General Junot, embarcando para o Brasil, a sua principal Colônia. O Oceano Atlântico, dominado pela Marinha inglesa, seria a natural proteção da Corte em terras brasileiras. Os portugueses permaneceriam resistindo, junto com o Exército inglês, até à retirada dos invasores. Napoleão diria, ao depois, que fora enganado por D. João. Portanto, a transmigração da Corte lusitana afigura-se, na visão histórica hodierna, como uma alternativa bastante lógica para a sobrevivência de Portugal. Ademais, tal alternativa, longe de ter sido uma fuga covarde, como se apregoa, alhures, foi preparada com bastante antecedência, sem improvisação. Grandes vultos da História lusa, como o Marquês de Pombal e o Conde de Linhares, a haviam aconselhado (diga-se que ela foi vaticinada pelo famoso Padre Antônio Vieira), caso Portugal, um país pequeno, pouco populoso e de reduzido poder militar, fosse ameaçado em sua integridade territorial. Lorde Strangford, à época embaixador inglês em Portugal, nos dá conta de um acordo secreto, celebrado com a Inglaterra, que previa a fundação de um grande Reino no Brasil, com a anexação da Cisplatina (consigne-se que tal viria a ocorrer, além da invasão da Guiana Francesa). Convém lembrar, finalmente, que uma transladação do porte da ocorrida, não se faz de afogadilho. Aproximadamente 15.000 pessoas embarcaram em 36 naus e fragatas, com valiosíssimo acervo, preciosos bens públicos e privados, suprimentos de toda ordem etc. Não houve, pois, uma infame deserção e, sim, uma magistral manobra geopolítica, muito bem planejada.

Principais Atos Régios na Esfera da Administração Civil

a) O notável historiador Pedro Calmon afirmou que “não se mudou apenas a Corte, mas o Estado”, após a vinda de D. João. E as providências tomadas para que a organização político-administrativa funcionasse a contento foram inúmeras e redundaram em incalculáveis benefícios para o Brasil, a ponto de a Colônia ultrapassar a Metrópole, e, poucos anos depois, proclamar a Independência. Isso é assinalado por historiadores e cientistas sociais de nomeada. O ilustre ensaísta Sílvio Romero disse que o período joanino, de treze anos, ensejou a “reversão brasileira”, ou seja, “Portugal passou a ser colônia da Colônia”...

b) Dentre outros, eis alguns dos Atos Régios, julgados de suma importância:

- A “*Abertura dos Portos*”, proporcionando o livre comércio com as nações amigas, concomitantemente com o alvará que permitiu a liberdade de indústria no Brasil, além da posterior elevação da Colônia – um Vice-Reinado – a “*Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves*”;
- A implantação da Imprensa Régia, fazendo surgir os primeiros periódicos brasileiros: o jornal “*Gazeta do Rio de Janeiro*” e a revista “*O Patriota*”;
- A criação do Conselho de Estado, do Banco do Brasil, da Casa da Moeda, da Biblioteca Real, do Museu Real etc.;
- O início das atividades das indústrias naval (em especial para fins militares), no Rio de Janeiro e na Bahia, e siderúrgica, com fábricas em Minas Gerais e São Paulo, a par da instalação das Juntas de Comércio e de Agricultura, Fábricas e Navegação;
- A fundação da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, depois Academia de Belas Artes e da Academia Real de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil;
- A criação de duas Escolas de Medicina, no Rio de Janeiro e na Bahia, quebrando-se a proibição da existência de Ensino Superior no Brasil;
- A contratação de uma Missão Cultural Francesa e de outras de menor porte, de cunho científico e artístico, integradas por nomes consagrados como os naturalistas Von Spix, Von Martius e Langsdorf, o geólogo Von Eschwege, o escritor Lebreton, o arquiteto Montigny, os pintores Debret, Rugendas e Saint Hilaire, e tantos outros;
- A criação do Horto Florestal, atualmente Jardim Botânico, para a aclimação da cana-caiana, do café, do chá e de outras plantas, entre elas, das mudas de palmeira imperial – a qual se tornaria o símbolo do Império do Brasil – trazidas por D. João, tudo propiciando grande incentivo à agricultura (aduzam-se, por ilustração, que após a conquista da Guiana Francesa, de lá vieram árvores frutíferas, aqui desconhecidas, como o abacateiro, a mangueira, a fruta-pão, a moscadeira, a noqueira, a canforeira, o cravo-da-índia e outras).

Principais Realizações na Área Militar

a) D. João, ao chegar ao Brasil, já sabia da fragilidade militar da Colônia, tanto que trouxe a Brigada Real da Marinha, elemento formador do futuro Corpo de Fuzileiros Navais. O Príncipe sentiu a necessidade de fortalecer militarmente o Vice-Reino e, para isso, adotou uma série de medidas, durante os treze anos em que permaneceu em nosso País.

b) Dentre vários, listemos alguns Atos Régios, de magna importância, na esfera militar da administração do Príncipe Regente:

- A criação, tão logo chegou ao Rio de Janeiro, dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (separados pelo Decreto de 22 de abril de 1821) e o da Marinha e Ultramar, entregues, respectivamente, aos Condes de Linhares e de Anadia;
- A instalação da Academia de Marinha;
- A instituição do Conselho Supremo Militar e de Justiça;
- A criação das Fábricas de Pólvora e de Armas;
- O reaparelhamento de arsenais e fortalezas, em todo o País;
- A criação da Academia Real Militar;
- A instalação da Repartição do Cirurgião-Mor e do Hospital Real Militar, no qual foram criadas a Botica Real Militar, para atividades farmacêuticas, e uma Escola Médica (assinale-se, por relevante, que o ensino médico e farmacêutico e a indústria farmacêutica, em nosso País, originaram-se dessas beneméritas Organizações Militares);
- A criação dos Arsenais de Guerra e de Marinha;
- A determinação da vinda para o Brasil, da Divisão de Voluntários Reais, e a criação da “*Divisão Auxiliadora*”, para o emprego de ambas na Banda Oriental do Uruguai, posteriormente Província Cisplatina, e para debelar a Revolução Pernambucana de 1817;
- A extinção, transformação e criação, em todo o Brasil, de várias Organizações da Marinha e do Exército, proporcionando-lhes melhores equipamentos e instrução, estabelecendo, inclusive, novos e padronizados uniformes para elas;
- A extinção das tropas de 3ª linha – “*as ordenanças*” – e a reestruturação e o aparelhamento das de 1ª e 2ª linhas: aquelas, Organizações Militares permanentes e regulares, e, estas, denominadas de “*milícias*” (que deram origem às atuais Polícias Militares). Tais tropas foram o embrião do que seria, a partir de 1824, o Exército Brasileiro. Elas, quando convocadas por D. Pedro, juntamente com a frota naval que ele criou, a duras penas, foram as principais protagonistas de nossa emancipação política, em 1822.

c) Para a concretização dessa gigantesca reformulação nas Forças Armadas, ainda luso-brasileiras, D. João contou com o inextinguível labor de seus primeiros Ministros militares: os Condes de Linhares e de

Anadia (este, da Marinha, como já foi dito). A ação disciplinadora e centralizadora, de ambos, fez reduzir bastante o enorme poder – especialmente militar – dos capitães-generais, que eram os governadores das Capitâneas, os quais não se subordinavam como deveriam aos Vice-Reis, podendo, *ipso facto*, o Brasil ter sido fracionado em sua integridade territorial. Registre-se, por significativo, que D. Rodrigo de Souza Coutinho, o Conde de Linhares, foi o “Precursor da Geopolítica Brasileira”, sendo dele esta frase lapidar, de elevada visão geoestratégica: *“O Brasil é, sem dúvida, a primeira possessão de quantas os europeus estabeleceram fora do seu continente, não pelo que há, atualmente, mas pelo que pode ser no futuro. A feliz posição do Brasil dá aos seus possuidores uma tal superioridade de forças, pelo aumento da povoação que se alimenta dos seus produtos e facilidade do comércio, que, sem grandes erros políticos, jamais os vizinhos do norte e do sul lhes poderão ser fatais”*.

Conclusão

Impende lembrar, por derradeiro, que o maior legado do período joanino foi a garantia de nossa fantástica unidade territorial e lingüística e a consolidação da nacionalidade brasileira, cujas raízes encontram-se fincadas nos veneráveis montes Guararapes. Não apenas por isso, D. João é tido, com justa razão, como *“O Consolidador da Unidade Nacional”*.

E, nos dias de hoje, quando apátridas e entreguistas desejam fracionar o Brasil, brandindo argumentos em defesa da criação de *“Nações Indígenas”*, lembremo-nos de que a nossa nacionalidade, consolidada por D. João VI, é de extração essencialmente lusitana; ela não provém das malocas indígenas nem das cubatas africanas ou de outras etnias, que, inegavelmente, também contribuíram para tal. Somos uma raça cósmica, mistura de todas as raças, sem predomínio de nenhuma delas, fruto do *“lusotropicalismo”*, na afirmação do saudoso Gilberto Freyre, que, acrescente-se como corolário, soube enaltecer, como ninguém, o altivo, glorioso e invicto Exército de Caxias, o qual, em seu dizer, *“é a mais lídima e representativa das Instituições Nacionais: é o verdadeiro índice do povo brasileiro”*. É disso que devemos nos recordar, com ufania, nas celebrações do bicentenário da vinda para o Brasil da Corte de D. João, um dos pró-homens de nossa História ▢